

Crédito sem limite e redução do IOF devem completar o "pacote"

por Reginaldo Heller
do Rio

O presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, anunciou ontem a próxima eliminação do limite quantitativo de crédito, a redução do IOF nas operações de empréstimos bancários e uma segmentação menor do crédito na economia. Tais medidas, no entanto, que devem ser adotadas na esteira do "pacote" a ser anunciado no próximo dia 8, destinado a viabilizar uma política de ajustamento econômico, apenas comporão um programa coerente, no entender de Langoni, desde que assegurada a redução do déficit público e quebrado o processo de alimentação inflacionária via salários. Ele fez o anúncio, juntamente com o "roteiro de medidas", em almoço de posse da nova diretoria da Associação Brasileira de Bancos Comerciais (ABBC), uma entidade recém-criada e destinada a defender os interesses dos pequenos e médios bancos.

"JUMBO"

Em entrevista à imprensa, Langoni explicou que esse conjunto de medidas, a ser adotado dois dias antes da chegada da missão do Fundo Monetário Internacional, viabilizará, com o "waiver" a ser solicitado pelo não cumprimento das metas do memorando técnico de entendimento, a contratação de um novo empréstimo-jumbo, de US\$ 1,5 bilhão adicional, necessário para garantir liquidez e um fluxo de caixa estável ao País nas suas transações com o exterior. Disse, ainda, que esse empréstimo adicional ao projeto 1 (jumbo de US\$ 4,4 bilhões negociado em fevereiro deste ano) já fora previsto no caso de necessidade. Segundo o presidente do Banco Central, mesmo que todas as metas das contas externas sejam atendidas, inclusive o superávit comercial de US\$ 6 bilhões, estes novos recursos acabaram-se tornando imprescindíveis. Servirão, exatamente, para assegurar liquidez às agências dos bancos brasileiros no exterior, pois a alternativa seria a estatização, impensável, destas agências.

"REPERCUSSÃO MUITO RÁPIDA"

As medidas a serem adotadas na área financeira terão repercussão muito rápida, no entender do presidente

do Banco Central, sobre o nível das taxas de juros hoje praticadas, com tendência a uma redução sensível e uma retomada da atividade produtiva por parte do setor privado. Em última instância, um impacto positivo sobre o nível de emprego. A propósito do propalado expurgo da correção monetária e dos efeitos provocados pela desvalorização cambial e eliminação dos subsídios diretos e indiretos, inclusive creditícios, Langoni afirmou que, por enquanto, o assunto está sendo estudado e difficilmente será aprovado agora.

"Há dificuldades de implementação no caso dos ativos financeiros" (leia-se cadernetas de poupança), afirmou, enquanto defendia a negociação livre dos salários, "já que as fórmulas anteriores adotadas — resíduo inflacionário, reajuste pela inflação passada e outras — se mostraram inteiramente superadas". É evidente, explicou ele durante a entrevista, que as faixas salariais mais baixas seriam protegidas neste caso. Ele, no entanto, lembrou que esta é uma questão que deverá ser decidida ao nível do Congresso Nacional, não podendo, portanto, ser adotada na mesma ocasião das demais medidas de ajustamento pelo CMN.

Em seu discurso a 450 empresários do sistema financeiro que lotaram o Salão Flamengo do hotel Rio-Palace, Langoni voltou, em menos de uma semana, a condenar o que chamou de "combinação perversa do ponto de vista social de inflação elevada e recessão". Falando em tom firme e sereno, Langoni disse que "o governo está, agora, empenhado em apresentar uma nova trajetória de ajustamento econômico", pois, como frisou, "um país com legítimas demandas sociais não pode conviver com altas taxas de inflação e desemprego".

O presidente do Banco Central acrescentou que a solução para esses dois problemas "depende da vontade e decisão política" e que, "a partir do momento em que tivermos condições de apresentar um programa de ajustamento coerente, será possível recuperar a confiança interna e externa na capacidade do governo de superar desafios".